

Chuvas deram prejuízo de R\$ 2,9 bi em cinco anos

Estudo da Confederação Nacional nos Municípios revela ainda que mais de 20% da população do Estado do Rio foi afetada de alguma forma por temporais no período de 2019 a 2023 e que 316 pessoas morreram

LUZ ERNESTO MAGALHÃES
luz.ernesto@globo.com.br

Dois dias depois do forte temporal que atingiu a Baixada Fluminense e parte da Zona Norte do Rio, moradores de vários bairros de Duque de Caxias ainda sofriam ontem com os alagamentos e a falta de luz. Era o caso de Edilane Araújo, de 39 anos, moradora do Pilar. Sem energia, ela não pode acionar a bomba para retirar a água de dentro de casa assim como manter sob refrigeração a medicação do filho que tem hemofilia. Já o governo do estado conseguiu duas grandes bombas emprestadas com o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e com a concessionária Rio Águas para ajudar a escoar a água das ruas.

ESTADO DE EMERGÊNCIA

Transitórios como esses são quase uma rotina no estado. Um levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), divulgado ontem pelo programa CBN Rio da Rádio CBN, mostra que em cinco anos (2019-2023) o estado registrou R\$ 2,9 bilhões em prejuízos materiais — incluídos gastos públicos e privados — causados pelas chuvas. O pior são as vidas perdidas: 316.

Nada menos que 3,8 milhões de pessoas (mais de 20% da população total) foram afetadas de alguma forma pelos temporais. Nessa conta, estão desde vítimas que morreram ou perderam suas casas a trabalhadores que tiveram dificuldades para voltar para casa durante as fortes chuvas.



Emprego. O bairro Amajá, em Casimiro de Barros, ainda inundado mais de 48 horas depois das chuvas, estado conseguiu duas bombas para ajudar no escoamento

Com a infraestrutura comprometida, os municípios são obrigados a fazer contratações de emergência sem licitação, para realizar intervenções pontuais que não podem esperar pela conclusão de uma licitação tradicional, como no caso de obras de contenção de encostas. Para isso, os prefeitos precisam decretar estado de emergência, que tem que ser confirmado pela União. O estudo da CNM mostra que, em cinco anos, as 92 cidades fluminenses recorreram a essa medida 530 vezes.

Os R\$ 2,9 bilhões de prejuízo, por exemplo, equivalem a quase três vezes mais que o custo das obras contra o transbordamento do Rio Acari, na Zona Norte, que a

prefeitura quer fazer, mas que depende de recursos federais. Os dados sobre o impacto das chuvas em todo o país devem ser compilados pela CNM até março. Eles vão servir para que os prefeitos apresentem demandas à União por investimentos em infraestrutura.

A confederação explicou que, nesse estudo, faz as estimativas com base numa série de dados captados nas fontes, principalmente órgãos públicos. No caso dos prejuízos econômicos, eles são subdivididos em três. O primeiro se refere aos gastos públicos com obras emergenciais, como de contenção de encostas, horas extras de garis, mobilização de equipamentos para remo-



Drama. Edilane Araújo, moradora de Casimiro de Barros, sem água e energia há três dias

ção de entulho, entre outros serviços. No período pesquisado, essas despesas somaram R\$ 786,5 milhões. O pico de gastos ocorreu em 2022, quando as chuvas deixaram 241 mortos em Petrópolis, na Região Serrana.

Os prejuízos sofridos com a perda de moradias ou danos às residências geraram um prejuízo acumulado de R\$ 1,1 bilhão em recursos privados. Nos dados que serão reunidos a partir de 2024, entrarão casos como a família de Yasmin Castro, de 23 anos, moradora de Parada de Lucas. Casada, com três filhos, ela perdeu tudo nas chuvas do fim de semana. Pelas redes sociais, a família pede doações para tentar retomar a vida.

— Quando meu marido acordou, viu o tamanho do estrago e me chamou. A água já chegava à altura do colchão. Só deu tempo de pegar os documentos e as crianças — disse Yasmin.

A terceira parte do estudo estimou em R\$ 988,4 milhões as perdas do setor privado em consequência das chuvas. A CNM costuma levantar esses dados junto às prefeituras e associações comerciais locais. Essa estimativa leva em conta o faturamento médio do comércio local, o tempo que ele precisou ficar fechado por causa dos alagamentos no entorno e se o proprietário precisou ou não repor as mercadorias para retomar a rotina das vendas. As perdas maiores foram em 2022: total de R\$ 706 milhões.

As últimas chuvas deixaram 12 mortos, e os bombeiros continuam as buscas por duas pessoas desaparecidas.

Ministro promete 'o que for necessário' para vítimas

Governo do estado calcula que 15 mil pessoas foram atingidas pelas chuvas, sendo nove mil desalojadas e 300, desabrigadas

CARMELO DIAS
carmelo.dias@globo.com.br

Duocerca de três horas a reunião entre representantes dos governos estadual e federal e das prefeituras de nove cidades da Região Metropolitana do Rio sobre ações emergenciais para enfrentar os graves problemas causados pelas chuvas do último fim de semana. No encontro, o ministro Waldez Góes, da Integração e do Desenvolvimento Regional, afirmou, sem falar em valores, que o governo

federal vai liberar "o que for necessário" para ajuda humanitária e reconstrução das cidades atingidas. De acordo com levantamento parcial feito pelo governo do estado, mais de 15 mil pessoas foram diretamente afetadas pelas chuvas. O número de desalojados chega a nove mil, e outros 300 estão desabrigados. Ainda não há levantamento sobre os danos estruturais causados pela enxurrada nas cidades.

— Não faltará o apoio. Vimos aqui para ouvir a to-

dos, para assistir a comunidade — disse o ministro Waldez Góes.

O governador Cláudio Castro afirmou que, em conversa telefônica na noite de antecipe — da qual participou também o prefeito Eduardo Paes —, o presidente Lula deu sinal verde para a inclusão dos projetos de recuperação dos rios Botas e Sarapuí no valor de R\$ 733 milhões e que o município do Rio encaminhou projeto "para a bacia do Rio Acari no valor de R\$ 768 milhões". De acordo com o ministério, "as duas propostas estão sendo analisadas e foram solicitadas informações complementares".

Para o Rio Botas, na Baixada, o projeto do estado prevê obras de controle de inundações e recuperação ambiental. Já as obras no Rio Acari, na Zona Norte da capital, incluem a construção de reservatórios e remoções de moradores que vivem às margens do curso d'água.

— Já estamos atuando no rio com ações pontuais. Uma vez que novos recursos cheguem, vamos intensificar as ações de canalização, aumento da calha e dragagem — disse Wanderson dos Santos, presidente da Fundação Rio-Águas.

Técnicos do governo federal ficarão no Rio para auxiliar as prefeituras na elaboração dos projetos e planos de trabalho necessários para a liberação dos recursos. Haverá dois gabinetes — um no Palácio Guanabara e outro em Belford Roxo — à disposição dos municípios. Os municípios de Belford Roxo, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis e Rio foram reconhecidos pelo governo federal como estando "em situação de emergência". A medida facilita o acesso a recursos federais para a realização de compras emergenciais sem licitação.

Pelos cálculos do governo do estado, de 25 mil a 30 mil famílias devem receber o Cartão Reconectar com parcela única no valor de R\$ 3 mil, destinados exclusivamente para a compra de eletrodomésticos, material de construção e móveis.

PM prende suspeito de matar lutador de MMA na Zona Oeste

Diego Braga tinha ido a morro no Itanhangá para tentar recuperar moto roubada

Policiais do 31º BPM (Recreio dos Bandeirantes) prenderam, ontem, um suspeito de assassinar o lutador e professor de MMA Diego Braga Alves, de 44 anos. Tatuado de Silva, conhecido como 2B, confessou informalmente o envolvimento no morte,

segundo o site g1. Ele foi localizado em casa, no Morro do Banco, no Itanhangá, na Zona Oeste, mesma comunidade onde o crime aconteceu. O corpo de Diego foi encontrado na noite de segunda-feira. O lutador estava desaparecido desde a



Diego Braga. Morro do Banco

madrugada daquele dia, quando foi à comunidade tentar recuperar a moto, furtada na Muzema — imagem de circuito de segurança mostram dois homens retirando o veículo da garagem do prédio do lutador. Ele será enterrado hoje no Cemitério Jardim da Saudade em Sulacap, na Zona Oeste.

Ao site g1, Gabriel Braga, filho do lutador, contou que o pai passou a manhã inteira tentando achar a moto e subiu sozinho a comunidade controlada pelo tráfico de drogas para recuperá-la.

Uma das hipóteses investigadas pela Delegacia de Homicídios da Capital (DHC), a de que ele teria sido confundido com um miliciano portarfacantes, teria sido confirmada pelo preso.

CONFUNDIDO COM MILICIANO Aos policiais, Tatu teria contado que Diego foi ao morro "desenrolar a entrega da moto" e que, "quando pegaram o telefone dele, viram que tinha contatos de milicianos de Rio das Pedras e da Muzema". O homem de 18 anos ainda teria afirmado que faz parte do tráfico de drogas e que comparsas deixaram a

favela após assassinato. Diego era dono da academia Tropa Thai, de formação de lutadores. Ele treinava o filho Gabriel, que luta profissionalmente e, no ano passado, chegou à final do torneio peso-pena da PFL, organização de artes marciais dos Estados Unidos, considerada a terceira maior organização de MMA do mundo.

Diego foi lutador profissional de muay thai e MMA. Começou a carreira profissional no MMA em 2003 e se aposentou em 2019 com 13 vitórias, oito derrotas e um empate.